



Onde está Amarildo? A foto de Alcyr Cavalcanti correu o mundo...

(Acervo do Autor, 2013)

A FAVELA DA ROCINHA E O NOVO TRATO DOS VIVENTES: O FOLHETIM

Luiz Carlos Toledo

&

Companheiros de Caminhada

Com luxuosa revisão de Andrea Toledo

Capítulo II

INTRODUÇÃO

Dedico **O Folhetim** aos jovens da Rocinha, favela esquecida pelos governantes, cuja criminoso omissão a transformou em uma das Cidades Invisíveis, criadas por Ítalo Calvino e por mim desenhadas na oficina de arteterapia do Hospital Sarah Rio, sob olhar atento de Aline.



OTÁVIA

O primeiro quarto do século está terminando e os moradores da Rocinha permanecem sem saneamento, vivendo ao lado do lixo acumulado em valões, becos e calçadas, criadouro dos terríveis mosquitos da dengue, moscas, baratas e ratas do tamanho de gatos; continuam morando em habitações precárias, umas sobre as outras, com índices de tuberculose alarmantes, devido à umidade que sobe pelas paredes de moradias erguidas sobre os talvegues, sem insolação e ventilação suficientes. Para piorar, os moradores, gente honesta e trabalhadora, são condenados a viver sob a tutela do tráfico e a sofrer com a brutalidade da polícia. Tudo isso ocorre em área nobre da “*Cidade Maravilhosa*”, entre a Gávea e São Conrado!

Dizem que o tempo não para, mas, para o povo da Rocinha, certamente parou. E cá estamos nós, queridos leitores, nesse labirinto que esconde, em suas intermináveis galerias, as causas responsáveis por esse drama que, em 2024, segundo o IBGE, penalizava 70.894 almas, população superior a de 91% das cidades brasileiras, sofrendo com a inacreditável densidade demográfica de 48,3 mil habitantes por km², que faz da Rocinha a favela mais densa e verticalizada do Brasil e, possivelmente, entre as mais densas, do mundo.

A decisão de focar, em cada capítulo, apenas uma das diversas causas que fizeram fracassar as tentativas de melhorar a vida dos moradores da Rocinha foi apenas didática pois, na realidade, as causas se entrelaçam como as galerias desse labirinto, formando uma rede de malhas apertadas, capaz de enredar políticas públicas mal desenhadas, e se não fosse a sabedoria dos meus companheiros de caminhada, eu teria sido tragado pelas areias movediças do chão do labirinto, circunstância fatal que me impediria de encontrar, oculta em uma galeria, a **Desigualdade**, que – a meu juízo - é a principal



A DESIGUALDADE

surpreende, no Brasil, assim como no resto do mundo. “*De lhes sobra*” é muita ousadia, afinal, são eles

A título de exemplo das maldades decorrentes do capitalismo, recorro à infâmia denunciada pelo jovem Marx, de apenas 24 anos, em um conjunto de artigos escritos, sob o pseudônimo de “*Um Renano*”, publicados em 1842 na *Gazeta Renana*, com o título “*Debates sobre a lei referente ao furto da maneira*”¹:

¹ Os artigos foram reunidos no livro *Os Despossuídos*, lançado pela Editora Boitempo em 2017. A partir desses artigos, o futuro autor de *O Capital* se defrontou pela primeira vez com o que ele chamou de “*interesses materiais*”, utilizando de forma embrionária expressões como “valor” e “mais valor”.

“Em 1842-1843, na qualidade de redator-chefe da *Gazeta Renana* tive de falar pela primeira vez, e *com grande embaraço*, daquilo que se denominam os interesses materiais. Os debates da Dieta Renana sobre o furto de madeira e a divisão do solo, polêmica iniciada pelo senhor Von Schaper, então governador da província renana, contra a *Gazeta Renana* a respeito da situação dos camponeses da Mosela, e, por fim, os debates sobre o livre-câmbio e o protecionismo deram-me ocasião, pela primeira vez, de tratar de questões econômicas. (MARX, 2017, p14)

A maldade, denunciada e combatida por Marx, foi a de proibir os camponeses da província renana de continuarem a coletar, gratuitamente, os galhos caídos no chão dos bosques para obtenção de lenha, costume secular que os ajudava a suportar o rigoroso inverno da província. Os artigos de Marx para a *Gazeta Renana* nos remetem à privatização crescente dos espaços públicos das cidades em que vivemos – o processo de captura do público pelo privado que, segundo Daniel Bensaid, autor da apresentação de *Os Despossuídos*, torna o tema desenvolvido por Marx atualíssimo:

“Nesse momento de globalização mercantil e privatização generalizada do mundo, os artigos de Marx sobre o furto da madeira são de uma atualidade perturbadora. A compra de força do trabalho de outrem estabelece uma relação de apropriação/expropriação não apenas dessa força de trabalho, mas também dos serviços públicos, da poupança popular, do consumo, dos corpos exibidos em espetáculo, do espaço entregue à especulação fundiária e imobiliária. A privatização atinge não só as empresas públicas, como também a educação, a informação, o direito (pela generalização do contrato privado, a detrimento da lei comum), a moeda, os saberes, a violência, em resumo, o espaço público em seu conjunto.” (BENSAID in *Os Despossuídos*, 2017, p.48)

Não resisti à tentação de transcrever uma outra página de *Os Despossuídos*, por ver que ninguém se surpreenderia se a crítica feita por Marx à Dieta Renana fosse dirigida aos nossos parlamentares:

“Portanto, a Dieta Renana *cumpriu cabalmente sua destinação*. Ela cumpriu sua *vocação* e representou certo *interesse particular*, tratando-o como fim último. O fato de ter pisoteado o direito para fazer isso é *simples consequência de sua tarefa*, pois o interesse é, por sua natureza, instinto cego, desmedido, unilateral, em suma, sem lei; e o que não tem lei, pode fazer leis? Do mesmo modo que um mudo não se torna capaz de falar porque se lhe pôs um enorme megafone na mão, o interesse privado não se torna capacitado para legislar quando é sentado no trono do legislador.” (MARX, 2017, p.126)

A desigualdade não se restringe à renda ou ao consumo, possuindo diversas faces que atuam em conjunto para cavar um fosso intransponível entre os *“cidadãos de primeira e os de segunda classe”*. Nesse aspecto, a desigualdade se traveste em uma espécie de *“racismo de classe”*, que atinge o favelado, o morador da periferia e o sem teto, independentemente da cor da pele.

As palavras do sociólogo Jessé de Souza em *A Elite do Atraso* (2019) desconstroem monstros sagrados da nossa intelectualidade, responsabilizando-os pelo suporte teórico dado ao culturalismo e por um tipo de racismo envergonhado que seria responsável

direto pelo sentimento de inferioridade dos sul-americanos, que Nelson Rodrigues, profundo conhecedor da alma humana, chamava de “*complexo de vira lata*”. A herança escravocrata de nossas elites tem propiciado a difusão e aceitação de teses como a *Teoria da Modernização*², de Max Weber e Talcott Parsons. Vejamos o que Jessé diz a esse respeito:

“Quando os teóricos da modernização de ontem e de hoje dizem que o protestantismo individualista, tipicamente americano, cria seres excepcionais, mais inteligentes, produtivos e moralmente superiores, esvai-se qualquer diferença entre essa visão e o racismo científico que separa as pessoas pela cor da pele. Pior ainda. Ao substituir a raça pelo estoque cultural, cria-se uma impressão de cientificidade, reproduzindo-se os piores preconceitos. Os seres superiores seriam mais democráticos e mais honestos do que os inferiores, como os latino-americanos, por exemplo. Tornam-se invisíveis os processos históricos de aprendizado coletivo e criam-se distinções tão naturalizadas e imutáveis quanto a cor da pele ou supostos atributos raciais. O culturalismo, cientificamente falso, como é, cumpre assim, exatamente as mesmas funções do racionalismo científico da cor da pele”. (SOUZA, 2019, p. 19)

A desigualdade na Rocinha vai muito além da diferença de renda entre os moradores e seus ricos vizinhos, englobando a falta de acesso à saúde, ao saneamento básico, à moradia digna e à segurança, que, em conjunto, conferem à favela o pior IDH da cidade e um dos piores do estado. Para agravar o problema, o culturalismo e o racismo criminalizam o favelado, tido como mal-educado, ignorante e potencialmente perigoso, isto é, um *cidadão de segunda classe* que precisa ser vigiado e evitado, salvo para desempenhar tarefas que os *cidadãos de primeira classe* não se dispõem a assumir por serem “*braçais e depreciativas*”.

Criminalizado pelo Estado, sob a complacência da sociedade, o favelado vê sua capacidade de reação se reduzir diante da contundência das forças de repressão oficiais (polícia) e ilegais (traficantes e milicianos), irmanadas na tarefa de extorquir, reprimir e humilhar.

Grandes favelas como a da Rocinha, na atualidade, assumem, de certa forma, o papel dos “*guetos*” que surgiram, com a própria cidade, para facilitar a vigilância de estrangeiros e etnias consideradas perigosas para a ordem pública. A estratégia de confiná-los em determinadas áreas da cidade, mantidas sem infraestrutura, tinha ainda, a dupla vantagem de permitir o direcionamento de mais recursos às regiões ocupadas pela classe dominante e, ao mesmo tempo, privar essas áreas de melhorias, com o objetivo de quebrar o ânimo dos moradores, impedindo-os de reagir contra seus opressores.

Nada muito diferente do que acontece atualmente nas favelas, a estratégia e os objetivos são os mesmos, o que me leva a concluir que o fracasso das últimas intervenções do poder público na Rocinha não foi devido à falta de vontade política, mas, na realidade, à vontade de deixar tudo como está!

² A Teoria da Modernização tende a ignorar as diferenças dos processos de desenvolvimento de diferentes sociedades, entendendo que este sempre ocorre de forma linear passando pelas mesmas etapas independentemente da sociedade.

Quem leu *O leopardo*, a obra prima de Tomasi di Lampedusa, deve se lembrar da frase do aristocrata Tancredi de Falconeri - “*Se quisermos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude*”. Será que essa seria a intenção dos governantes que lançam programas ambiciosos de urbanização de favelas? É possível que sim, pelo menos à luz dos resultados de programas ambiciosos como o PROSANEAR, o Plano Diretor de Desenvolvimento Socioespacial da Rocinha e o Programa Comunidade Cidade que, na prática, não melhoraram a qualidade de vida na Rocinha.

Assim pensa a Professora Luciana Correa do Lago, entrevistada num dos encontros mais interessantes que organizei com moradores da Rocinha e representantes da Academia³. Indagada se considerava que o Plano Diretor da Rocinha tinha fracassado, respondeu que não, pois acreditava que o Governo do Estado nunca teve intenção de implantá-lo, limitando-se a executar algumas obras que, embora, importantes, ficavam muito aquém dos objetivos do Plano.

Meu entendimento é o mesmo e, se estivermos certos, imaginem o tamanho do problema que teremos que enfrentar para tornar a vida na Rocinha mais digna, mais prazerosa e menos desigual, haja vista que a posição que o Brasil ocupa, como um dos países mais desiguais do mundo, está longe de modificar-se.

O mito de que nosso país está condenado a dar certo e o famoso clichê *Brasil, País do Futuro*, de autoria de Stefan Zweig, estão sendo desfeitos pela dura realidade, ano após ano. Na verdade, segundo Paulo Arantes, em *A Fratura Brasileira do Mundo*, o que vem ocorrendo é o oposto, isto é, a “*brasilianização do mundo*”, processo que, segundo Michael Lind, teria tido início nos Estados Unidos:

“É possível mesmo que o primeiro enunciado explícito da tese se deva à Michael Lind, para o qual a verdadeira ameaça pairando sobre o século XXI americano não é a escalada da violência étnica nos moldes da fragmentação balcânica, mas a *brasilianização da sociedade*: ‘por brasilianização eu não entendo a separação da cultura pela raça, mas a separação das raças por classe. Como no Brasil, uma cultura americana compartilhada poderia ser compatível com um rígido sistema informal de castas, no qual a maioria dos que estão no topo é branca, enquanto a maioria dos americanos negros e mulatos ficaria na base da pirâmide-para sempre’⁴. (ARANTES, 2023, pp.21, 22)

O encontro marcado do Brasil com um futuro glorioso, parece ter sido adiado *sine die*, num mundo marcado por guerras, agravos aos direitos humanos e desastres ambientais e por diásporas de povos que fogem da fome, da violência e do desespero. Neste contexto, a esperança por um mundo mais generoso e menos desigual se desfaz com o aumento da desigualdade e a concentração da riqueza nas mãos de poucos.

³ Durante a pesquisa A Favela da Rocinha e o Novo Trato dos Viventes foram realizadas dez encontros com dez integrantes da academia e dez moradores da Rocinha que, em duplas, discutiram comigo as causas da ineficácia do Plano e de outras intervenções governamentais ocorridas na favela.

⁴ Michael Lind, *The Next American Nation*, Nova York, The Free Press, 1995, p. nas Cidades216.



DIOMIRA

A Desigualdade nas Cidades Há cidadãos nesse país?

Cabem, pelo menos, duas perguntas em um país onde a figura do cidadão é tão esquecida. Quantos habitantes, no Brasil são cidadãos? Quantos nem sequer sabem que não o são? (SANTOS, 1987, p.7)

Para que possamos voltar o nosso olhar para a cidade, tratemos, primeiramente, de conhecê-la; para isso, nada melhor do que convidarmos novos companheiros para caminhar conosco através do labirinto e nos apresentar à Cidade, em toda a sua complexidade e com suas inúmeras contradições e desigualdades.

Convoquei para a tarefa um trio espetacular: Henri Lefebvre (1901-1991), David Harvey (1935 -) e Milton Santos (1926-2001), cujas contribuições, apesar de singulares, têm um ponto em comum – a influência do pensamento de Friedrich Engels (1820-1895) e Karl Max (1818-1883) que, deste modo, também nos farão companhia e se alguém, porventura, considerá-los não só ultrapassados, mas, também, alquebrados para nos acompanhar, dê-se por satisfeito por não ter incluído Platão nessa aventura. Asseguro, queridos leitora e leitor, que vontade não me faltou.⁵

⁵ Platão, filósofo grego que, no século IV a.c. escreveu a obra *A República*, nela ensina a forma de escolher o melhor sítio para erguer uma cidade e o tamanho ideal para que ela seja bem administrada, entrando em detalhes sobre o desenho das ruas, tanto para aproveitar os ventos, como para defender a cidade dos inimigos. Platão entende que a cidade ideal é aquela que é governada por filósofos.

O livro *a Cidade do Capital*, escrito por Lefebvre em 1970 é o resultado de uma longa pesquisa em que o autor, através de trechos extraídos de obras de Marx & Engels, demonstra que a questão urbana, mesmo sem constituir um corpo doutrinal, está presente no pensamento dos dois filósofos, principalmente a partir do livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, escrito por Engels em 1845, contribuindo para o entendimento da complexidade e das contradições da cidade sob o modo de produção capitalista e de como este provocou, na *Cidade do Capital*, a substituição do valor de uso, próprio da cidade arcaica e medieval, pelo valor de troca.

Engels, em 1845, iniciou seu livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* com o texto que apresento a seguir. A importância dessa obra e da pesquisa que desenvolveu para escrevê-la fez com que Engels fosse considerado, por muitos, como o fundador da sociologia urbana⁶. Este texto oferece um importante ensinamento para quem quer atuar nas favelas e em outros territórios periféricos: nunca se contentar com documentos e estatísticas, reconhecendo os moradores como fonte privilegiada de informações e acompanhando-os no dia a dia, de forma a conhecer seus problemas e aspirações:

“Trabalhadores! É a vós que dedico uma obra na qual me esforcei por apresentar aos meus companheiros alemães um quadro fiel de vossas condições de vida, de vossos sofrimentos e lutas, de vossas esperanças e perspectivas. Vivi entre vós tempo bastante para alcançar o conhecimento de vossas condições de existência, às quais consagrei a mais séria atenção, examinando os inúmeros documentos oficiais e não oficiais que tive a oportunidade de consultar. Contudo, não me contentei com isso: não me interessava um conhecimento apenas *abstrato* de meu tema – eu queria conhecer-vos em vossas casas, observar-vos em vossa vida cotidiana, debater convosco vossas condições de vida e vossos tormentos; eu queria ser uma testemunha de vossas lutas contra o poder social e político de vossos opressores”.

“Friedrich Engels, Barmen (Prússia Renana), 15 de março de 1845”⁷

Henri Lefebvre, em *O Direito À Cidade*, escrito em 1967 para as comemorações do centenário da publicação do *Volume I d'O Capital*, escreve que “*para apresentar e expor a ‘problemática urbana’ impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização*” (LEFEBVRE, 1969, p. 9). Conforme ele próprio confessa, as cidades asiáticas não foram incluídas na pesquisa, focada nos núcleos urbanos europeus (especialmente Paris) e, em menor grau, nas cidades norte americanas. Das cidades do sul global, ele passa longe.

“Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais em luta contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política; a cidade medieval,

⁶ Muitos pesquisadores creditam a Engels a criação da expressão *revolução industrial*, que aparece pela primeira vez no livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*.

⁷ In ENGELS, Friedrich, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, São Paulo, Boitempo, 2010, p.p.37-39.

sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercadores outrora quase nômades, relegados para fora da cidade. Quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a Cidade já tem uma poderosa realidade”. (LEFEBVRE, 1969, p.10).

A doção do processo de industrialização como ponto de partida para a compreensão da problemática urbana em países desenvolvidos não pode ser aplicada integralmente às cidades brasileiras, que surgiram como colônias de Portugal, proibidas até 1808 de ter indústrias, crescendo, basicamente, a partir do comércio de exportação de alguns poucos produtos primários e da importação de bens industrializados de toda a ordem, produzidos na Europa. Ainda assim, o impacto e a importância do livro *O Direito À Cidade* foi enorme entre os urbanistas - inclusive os brasileiros - que encontraram na obra o incentivo que precisavam para combater a transformação da cidade em mercadoria.

Do livro, destaquei duas reflexões de Lefebvre: a primeira refere-se às transformações que ocorreram nas cidades a partir do capitalismo, notadamente a substituição do valor de uso do espaço urbano pelo valor de troca, à medida que a cidade se transforma em mercadoria. O valor de uso, representado pelos monumentos, obras de arte, parques urbanos e espaços públicos de toda a ordem, reservados ao lazer, à cultura e à simples fruição dos cidadãos, transforma-se, com a privatização do espaço urbano em mercadoria, visando o lucro e retirando da terra sua função social.

As favelas em geral e a Rocinha, em particular, estão sujeitas a esse processo; a função social da propriedade, garantida na Constituição, dá lugar ao valor de troca, com a privatização dos poucos espaços públicos disponíveis, seguida por uma especulação imobiliária crescente, principalmente nas favelas da Zona Sul da Cidade, onde a terra tem alto valor de mercado. Foi assim que, nos últimos 15 anos, a Rocinha se tornou a favela mais densa e verticalizada do Brasil; nela, a cada ano, a especulação torna proibitiva a compra ou o aluguel de imóveis, não raro, obrigando antigos inquilinos a se mudarem para áreas menos valorizadas da Rocinha⁸, ou em último caso, abandonar a favela por não conseguirem arcar com o aumento dos aluguéis.

A segunda reflexão interessa particularmente a quem quer conhecer uma favela em toda a sua complexidade e especificidade; refiro-me à problematização, desenvolvida por Lefebvre, sobre a contribuição das *ciências especializadas* para a compreensão da *Questão Urbana*⁹:

“Na analítica da realidade urbana intervêm o geógrafo, o climatólogo, o botânico. O meio, conceito global e confuso, fragmenta-se segundo as especialidades. Em relação ao futuro e às condições do futuro, os cálculos matemáticos trazem indicações indispensáveis. No entanto o que é que reúne todos esses dados? Um projeto, por outras palavras, uma estratégia. Por outro lado, uma dúvida subsiste e mesmo se confirma. É a

⁸ As áreas sujeitas a riscos geológicos, as de difícil acesso e as que sofrem a maior incidência de tiroteios são menos valorizadas e, nos últimos anos, têm sido a salvação de quem não tem condição financeira para arcar com o aluguel das áreas mais valorizadas, e não quer deixar a Rocinha.

⁹ A *Questão Urbana* é o título do livro de Manuel Castells, discípulo de Henri Lefebvre, escrito em 1972, que, com *O Direito à Cidade*, teve grande influência entre os sociólogos e urbanistas da minha geração. Para quem gosta de uma boa história, registro que tive a sorte de presenciar, numa das palestras de Castells no Rio, uma acirrada discussão entre ele e Carlos Nelson Ferreira dos Santos, meu amigo e colega da Faculdade de Arquitetura da então Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Nela, sem dúvida, Carlos Nelson levou a melhor.

cidade essa soma de indícios e de indicações, de variáveis e de parâmetros, de correlações, essa coleção de fatos, de descrições, de análises fragmentárias...?” (LEFEBVRE, 1969, p.39)

Confesso que senti a mesma dúvida quando me preparava para enfrentar o que viria a ser meu maior desafio como arquiteto e urbanista - coordenar o Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental da Rocinha e desenvolver uma série de projetos habitacionais e de equipamentos públicos para a favela¹⁰.

Eu já coordenara projetos complexos de urbanismo e arquitetura e tinha desenvolvido Plano Diretores para diversas cidades brasileiras, além de projetos hospitalares e de desenho urbano que exigiam equipes multidisciplinares; no entanto, intuía que, no Plano Diretor da Rocinha, as técnicas de coordenação que eu utilizava não seriam suficientes.

Pela primeira vez trabalhava numa grande favela que - para quem vem do asfalto, não é simples entender. Afortunadamente, eu tinha convidado (ou eles mesmos se convidaram) para integrar nossa equipe dois moradores da Rocinha, o P C e o Ediglê, que logo se revelaram excelentes tradutores de um mundo tão diverso. Graças a eles e à decisão de montar um escritório dentro da Rocinha, dezenas de moradores juntaram-se a nós, avaliando e mediando as contribuições dos “especialistas” da equipe, dando alma ao Plano Diretor.

Peço desculpas por essa *resvalada metafísica*, mas foi graças a essa “*alma*” que pude ver, nos protestos de 2013, centenas de moradores da Rocinha e do Vidigal descerem a Avenida Niemeyer em direção ao Leblon e acamparem diante do prédio do Governador Sergio Cabral, usando o Plano Diretor da Rocinha para justificar tecnicamente o repúdio à proposta de construir um teleférico na favela e exigir o saneamento básico, previsto no plano.

Antes de passarmos à contribuição de Harvey, vale a pena compartilhar com vocês, queridos leitores, uma observação que recebi da professora Luciana Correa do Lago, leitora rigorosa e assídua deste Folhetim, me chamando a atenção para a ocorrência de uma leitura limitada do livro *O Direito à Cidade*. Vamos ver o que ela me disse: “*Poderia ser interessante você deixar claro o sentido de ‘direito à cidade’ do Lefebvre, já que hoje virou um jargão político que serve para tudo. Ou seja, direito à cidade como o direito de imaginar e produzir cidade, ultrapassando a ideia de cidade como um objeto definível a ser acessado. O senso comum usa p ‘direito à cidade’ como apenas o direito de acessar infraestruturas, moradias, centros culturais, postos de saúde, escolas...dentro dos padrões vigentes*”

A contribuição do segundo autor do nosso trio, David Harvey, diferentemente da de Lefebvre, não se restringe a Paris e às cidades do mundo desenvolvido, abordando, em suas pesquisas, cidades do Sul Global - entre elas, cidades brasileiras:

“O fato, por exemplo, de que a estranha convergência de neoliberalização e democratização no Brasil na década de 1990 tenha resultado em artigos na Constituição¹¹ brasileira de

¹⁰ Os projetos habitacionais foram desenvolvidos alguns anos depois do Plano Diretor, em 2013, havendo sido publicados em revistas nacionais e estrangeiras e reunidos no livro *Repensando as Habitações de Interesse social*, que escrevi em parceria com os arquitetos Verônica Natividade e Petar Vrcibradic, coautores dos projetos. Os projetos integram uma pesquisa financiada pelo FINEP & CNPq que envolveu inúmeras universidades brasileiras, inclusive a UFRJ, através do IPUUR e do PROARC. Em 2018, ao integrar a equipe do Programa Comunidade Cidade do Governo do Estado projetei uma série de edificações habitacionais para a Rocinha, infelizmente com a extinção do programa, ficaram apenas no papel e na cabeça do arquiteto.

2001 que garantem o direito à cidade tem de ser atribuído ao poder e à importância dos movimentos sociais urbanos, particularmente no que diz respeito ao direito da moradia, na promoção da democratização. O fato de esse momento constitucional ter ajudado a consolidar e promover um sentido ativo de “cidadania insurgente” (como a chama James Holston) não tem nada a ver com o legado de Lefebvre, mas tudo a ver com as lutas que continuaram a existir acerca de quem vai configurar as características da vida urbana cotidiana”¹² (HARVEY, 2014, p.14)

Uma das principais diferenças do legado dos dois autores é que, enquanto Lefebvre atribui ao proletariado reunido em sindicatos o papel principal numa eventual *reforma urbana* necessária à promoção do *direito à cidade*, Harvey elege o cidadão “precariado” como o motor de uma hipotética *revolução urbana*:

“Há, portanto, certa continuidade entre a polêmica situacional de Lefebvre e a obra daqueles que, dentre nós, procuram abordar o direito à cidade a partir de uma perspectiva revolucionária, e não apenas reformista. No mínimo, a lógica por trás da posição de Lefebvre tem-se intensificado em nossa época. Em grande parte do mundo capitalista, as fábricas ou desapareceram ou diminuíram tão drasticamente que dizimou-se a classe operária industrial clássica. O trabalho importante e em permanente expansão de criar e manter a vida urbana é cada vez mais realizado por trabalhadores precários, quase sempre em jornadas de meio expediente, desorganizados e com salários irrisórios. O chamado “precariado” substitui o “proletariado” tradicional. Se viermos a ter algum movimento revolucionário em nossa época, pelo menos em nossa parte do mundo (em oposição à China, em processo de industrialização), o problemático e desorganizado “precariado” terá de ser levado em conta”. (HARVEY, 2014, p.17)

Os trabalhadores precarizados vivem, em grande parte, nas favelas e demais territórios periféricos da cidade. Se acreditarmos nas palavras de Harvey, o povo das favelas terá, obrigatoriamente, de ser levado em conta, mormente a gente da favela da Rocinha, que se tornou, ao longo de uma centena de anos, uma cidade dentro da *Cidade*; e se os governantes continuarem a se omitir na tarefa de garantir aos seus moradores o *direito à cidade*, restará aguardar “*O Dia Em Que O Morro Descer e Não For Carnaval*”¹³.

Do nosso trio, o geógrafo Milton Santos é o único brasileiro. Nascido em Brotas de Macaúbas, na Bahia, em 1926, é autor de uma obra universal e imbatível quando se trata do *espaço* em suas diferentes dimensões geográficas, sociais, culturais e econômicas. Sua sólida formação de geógrafo lhe deu a possibilidade de percorrer, com desenvoltura, os campos da economia, da sociologia e da filosofia e construir uma geografia urbana capaz de explicar o processo de formação das cidades do mundo subdesenvolvido.

Sua contribuição para o estudo da pobreza e da desigualdade nas cidades é imensa, assim como para a compreensão do que ele chamou de *O Espaço do Cidadão*, título de

¹¹ Na verdade, Harvey se refere ao Estatuto das Cidades, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001.

¹² James Holston, *Cidadania Insurgente*, Princeton, 2008.

¹³ O samba *O Dia Em Que O Morro Descer e Não For Carnaval*, composto por Wilson das Neves e Paulo César Pinheiro, expressa a revolta do favelado com a condição de abandono a que é submetido pela sociedade desigual em que vivemos, ameaçando-a com o dia em que o morro irá descer para o asfalto sem que seja Carnaval.

um dos seus livros mais instigantes, escrito logo após o término da longa ditadura militar de nosso país, onde vozes potentes como a dele foram silenciadas:

“Este livro já se vinha gestando em meu espírito há mais de dez anos. Em parte, pela reflexão do que represento, eu mesmo como pessoa, diante da ambição de ser um cidadão integral neste país. Em parte, como geógrafo, à vista de como se organiza a rede de caminhos e a rede de cidades segundo hierarquias e de como se distribuem territorialmente os indivíduos, segundo suas classes sociais e seu poder aquisitivo.

Apareceu-me, então, como ideia a explorar a de que a atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço, fazendo com que certas noções consagradas, como rede urbana ou sistema de cidades, não tenham validade para a maioria das pessoas, pois o seu acesso efetivo aos bens e serviços distribuídos conforme a hierarquia urbana depende do seu lugar socioeconômico e também de seu lugar geográfico” (SANTOS, 1987, p.1)

Santos, em nome da interdisciplinaridade de fatores diversos, materiais e imateriais, analisados pelas diversas ciências sociais, sugere uma mudança de enfoque no tratamento dos problemas *humanos*, ligados à recuperação do cidadão. Nesse sentido:

“A ideia de modelo cívico se inclui nesse tipo de preocupações. Mas um modelo cívico autônomo e não subordinado ao modelo econômico, como existe agora. Numa democracia verdadeira, é o modelo econômico que se subordina ao modelo cívico. Devemos partir do cidadão para a economia e não da economia para o cidadão.

O modelo cívico forma-se, entre outros, de dois componentes essenciais: a cultura e o território.

O componente cívico supõe a definição prévia de uma civilização, isto é, a civilização que se quer, o modo de vida que se deseja para todos, uma visão comum do mundo e da sociedade, do indivíduo enquanto ser social e das suas regras de convivência. Para ficarmos apenas com um exemplo, a atribuição do chamado salário-mínimo, isto é, da quantidade mínima de dinheiro capaz de assegurar uma vida decente para cada qual e sua família, não pode ser estabelecida em função dos simples mandamentos da “economia”, mas da cultura. Quando aceitamos que sejam pagos salários de fome a uma boa parte da população, é certo que estamos longe de possuir uma verdadeira cultura.

O componente territorial supõem, de um lado, uma instrumentação do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bem e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa; e de outro lado, uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços seja assegurada”. (SANTOS, 1987, p.5)

E, no mesmo livro, faz duas perguntas fundamentais:

Cabem, pelo menos, duas perguntas em um país onde a figura do cidadão é tão esquecida. Quantos habitantes, no Brasil, são

cidadãos? Quantos nem sabem sequer que não o são? (Santos, 1987, p.7)

Em *A Cidade Nos Países Subdesenvolvidos*, publicado em 1965, Milton Santos, a partir de pesquisas em núcleos urbanos da América Latina e da África, estuda as características das cidades destes países e o quanto diferem das cidades do mundo desenvolvido. Por sua vez, no livro *O Espaço Dividido*, de 1979, o autor se debruça sobre os *dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, subtítulo dessa obra. Nela, além de consagrar a ideia de dois circuitos na economia dos países subdesenvolvidos - o superior e o inferior, em que o primeiro conta com o *Estado* como financiador e fornecedor de infraestruturas -, Santos busca um novo paradigma para entender a urbanização dos países não industrializados, que, segundo ele, só então começavam a produzir os dados necessários ao conhecimento de sua realidade.

A partir da constatação de que a cidade é movida por esses dois sistemas, Milton Santos nos ensina que:

“A cidade, portanto, não pode mais ser estudada como uma máquina maciça. Nós chamamos esses dois subsistemas de “circuito superior” ou “moderno” e o “circuito inferior”. O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e têm por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com a sua região...O circuito inferior compreende as atividades de fabricação tradicionais, como artesanato, assim como transportes tradicionais e a prestação de serviços”. (SANTOS, 1979, pp.16,17).

Essa busca incessante pela compreensão do espaço urbano na sua totalidade, a meu juízo, supera os limites alcançados por Lefebvre, talvez pelo fato de que, como geógrafo, Milton Santos tivesse um instrumental teórico-analítico e um olhar mais afiado para pesquisar o principal objeto de sua disciplina - o espaço, em todos os seus aspectos e concretude:

“Na realidade, o *corpus* de uma disciplina é subordinado ao objeto e não o contrário. Desse modo, a discussão é sobre o espaço e não sobre a geografia; e isto supõem o domínio do método. Falar em objeto sem falar de método pode ser apenas o anúncio de um problema, sem, todavia, enunciá-lo. É indispensável uma preocupação ontológica, um esforço interpretativo *de dentro*, o que tanto contribui para identificar a natureza do espaço, como para encontrar as categorias de estudo que permitam corretamente analisá-lo..... Como ponto de partida, propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Através desta ambição de sistematizar, imaginamos poder construir um quadro analítico unitário que permita ultrapassar ambiguidades e tautologias. Desse modo estaremos em condições de formular problemas e ao mesmo tempo de ver aparecer conceitos, conforme a observação de G. Canguilhem” (1955). (SANTOS, 2009, p.p.19,21)

Obsessão antiga, que o levou a escrever, em 1978, *Por Uma Nova Geografia*, que traz o subtítulo “*da crítica da geografia a uma geografia crítica*”, revelador da insatisfação de Santos com os caminhos que estavam sendo tomados pela disciplina:

“Sempre, e ainda hoje, se discute muito mais sobre a *geografia* do que sobre o espaço, que é o objeto da ciência geográfica. Desse modo, o esforço de conceitualização era feito, sobretudo, de fora do objeto da ciência e não de dentro.” (SANTOS, 1978, p.2)

É provável que Santos tivesse plena consciência de que seu pensamento ultrapassava em muito a geografia, sendo lido, ouvido e estudado aqui e lá fora, por pesquisadores, planejadores, gestores e profissionais atuantes em outros campos.

Se isso não bastasse, Santos foi um formidável professor e teve uma importância imensa na formação de professores-pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Um deles foi Maurício Abreu (1948-2011), aqui destacado, pela relevância de sua contribuição, iniciada ao lado de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, no Centro De Pesquisas Urbanas do IBAM e, mais tarde como professor - pesquisador da Faculdade de Geografia da UFRJ. Maurício Abreu tem o mérito de ter dado a importância devida à favela e outras periferias, na formação da região metropolitana do Rio de Janeiro, numa época que elas, nem mesmo apareciam nos mapas da região metropolitana. Fez essa façanha em um livro seminal: *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, escrito em 1978 e publicado dez anos depois. Tive a oportunidade de lê-lo, quando era apenas um relatório do Centro de Pesquisas, graças à minha amizade com Maurício¹⁴, mas, sua grande paixão foi a *geografia histórica*, que já se apresenta na introdução de seu livro de estreia:

“Este trabalho pretende explicar o presente através do processo histórico que lhe deu forma e conteúdo. Mais especificamente, seu objetivo é demonstrar que o alto grau de estratificação social do espaço metropolitano do Rio de Janeiro, na atualidade, é apenas a expressão mais acabada de um processo de segregação das classes populares que vem se desenvolvendo no Rio há bastante tempo. Pretende-se, com essa pesquisa, recuperar esse processo histórico, teórica e empiricamente. Um trabalho que vise analisar o processo de evolução de qualquer cidade a partir de sua organização, é por definição, um estudo dinâmico de estrutura urbana. Para que evite cair no empirismo da mera descrição geográfica, é necessário, entretanto, que ele relacione - a cada momento - a organização interna da cidade com o processo de evolução da formação social. Só assim será possível integrar padrão e processo, forma e função, espaço e tempo”. (ABREU, 1988, p.11)

¹⁴O pensamento de Milton Santos está presente nos inúmeros artigos de Maurício, produzidos no IBAM e ao longo de sua carreira de professor-pesquisador na Faculdade de Geografia da UFRJ, mas, ele tinha brilho próprio, amplamente demonstrado na *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro* e na sua monumental *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Ele nos deixou muito cedo; a última vez que nos encontramos foi na antessala da fonoaudióloga que frequentávamos, ele, já muito fraquinho e eu, muito emocionado. Maurício me abraçou e, como sempre fazia, repetiu que devia a mim a indicação que lhe abrisse as portas para o primeiro emprego, no IBAM; ele nunca esquecia deste fato e eu, não me esqueço dele.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO / Zahar, 1988.

ARANTES, Paulo Eduardo. *A fratura brasileira do mundo*. São Paulo: Editora 34, 2023.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LAMPEDUSA, Tomasi di. *O leopardo*. São Paulo: Difusão Editorial Ltda., 1989.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

MARX, Karl. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017.

SANTOS, Milton. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. *O pobre de direita*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira. *Uma história de desigualdade*. São Paulo: Hucitec Editora, 2018.